

ARTIGO

RAÇA E TEORIAS RACIAIS NOS ESTUDOS DE DARCY RIBEIRO

RACE AND RACIAL THEORIES IN THE STUDIES OF DARCY RIBEIRO

ANTÔNIO CELSO FERREIRA*
LEONARDO DALLACQUA DE CARVALHO**

RESUMO

Darcy Ribeiro procurou ser voz ativa na interpretação do Brasil durante sua vida intelectual. Somando aspectos positivos, traçou as vicissitudes da formação do povo brasileiro refletindo tanto os colapsos como as junções dos diversos "Brasis", como o próprio interpretou. Este artigo pretende compreender o pensamento do autor sobre algumas ideias que pairavam no discurso de vários intelectuais na virada do século XIX e início do XX e como se colocou mediante a uma tradição intelectual que tentou desvincular hereditariedade de aspectos socioeconômicos na formação de povos racialmente "inferiores" ou "superiores". Pretendemos estudar as posições quanto ao aspecto das teorias científicas raciais e a condição do negro, índio e do mestiço.

PALAVRAS-CHAVE: Darcy Ribeiro; Raça; Identidade Nacional.

ABSTRACT

Darcy Ribeiro attempted to be the active voice in the interpretation of Brazil during his intellectual life. Adding positive aspects, he drew the vicissitudes of the Brazilian people formation, reflecting both the collapses and junctions of the many 'Brasils', as he himself defined. This article intends to comprehend the author's thoughts about some ideas that hover over several intellectual speeches in the turning from the 19th to the 20th century and how he stood by an intellectual tradition which he tried to unlink heredity from social-economic features in the formation of racially 'inferior' or 'superior' people. We intend to study the positions regarding scientific theories and the conditions of black, native americans and mixed groups.

KEYWORDS: Darcy Ribeiro; Race; National Identity.

Breves considerações sob as teorias raciais.

É também indispensável, porque nenhum povo vive sem uma teoria de si mesmo. Se não tem uma antropologia que a proveja, improvisa-a e difunde-a no folclore.¹

Sob a epígrafe de Darcy Ribeiro acerca das “teorias de si mesmo” de um povo é que pensaremos a nossa própria condição como nação na virada do século XIX para o XX e, principalmente, a profusão das ideias científicas de “raça”, bem como a posição desse autor quanto aos esforços de alguns intelectuais em olhar pela lente da ciência a constituição identitária do povo brasileiro. Pensaremos alguns escritos de Darcy Ribeiro no escopo de uma análise que compreenda a leitura de interpretações de raça e sociedade brasileira que procurou se desatrelar dos ditos da hereditariedade mista como coibidora ou de um determinado grupo racial como "inferiorizado" para a condição de espoliação ou "progresso" nacional.

Primeiramente, nota-se que o autor teve de se confrontar com a ideia advinda de uma antropologia física de que o brasileiro possuía variações físicas e morais conforme a “raça” da qual compunha. Portanto, a “alienação cultural”², da qual Darcy Ribeiro faz menção, serve-nos para compreender não somente a tentativa do auto entendimento de “quem somos”, mas de “quem detém o poder dominante” e por consequência a construção da imagem desse povo. Entre dominante e dominado, Ribeiro tece os meandros das “teorias raciais” e sua fundamentação na intelectualidade como sinônimo de manutenção dos velhos arranjos hierárquicos sociais. Em outras palavras,

uma diferença racial que explicasse o atraso do país onde supostamente os responsáveis seriam negros, mestiços e índios.

Para iniciarmos o debate sobre as algumas posições raciais no Brasil, um exemplo da dimensão desses pensamentos foi sua recepção na Faculdade de Direito de Recife. Com os primeiros cursos datados em 1828, a escola representou uma consolidação do ensino de Direito pelo país apesar das reestruturações que sofreu ao longo da sua trajetória no século XIX. Ao passo que a construção do conhecimento caminhava, desde então, junto com as questões da igreja, os anos da década de 1860 trouxeram para essa escola uma emancipação da metafísica na busca de um rigor científico, e o evolucionismo, darwinismo, cientificismo, naturalismo, ganhavam cada vez mais espaços no circuito acadêmico da Faculdade de Recife. Sendo assim, Haeckel, Darwin, Spencer, Le Bon, Gobineau, detinham uma aceitação para a discussão do caráter científico e, sobretudo, inseridos na questão “racial humana”.

Esta nova concepção do Direito, para Schwarcz, representou “uma noção ‘científica’, em que a disciplina surge aliada à biologia evolutiva, às ciências naturais e uma antropologia física e determinista”³. Isto é, a ciência que surgia nessa segunda metade do século XIX respondeu às necessidades de uma parcela científica e intelectual que enxergava nas “raças humanas” diferenças latentes entre moralidade e evolução, aos moldes imperialistas de conquistas territoriais e materiais.

Nessa geração pensante do Brasil, o estudo de Silvio Romero sobre as “raças” ganhou um *status* privilegiado de abordagem, ao tomar o mestiço como um objeto a ser estudado para compreender o seu pertencimento à nação. As reflexões raciais da Faculdade de Direito de

Recife podem ser analisadas a partir do seu periódico que passou a circular pela primeira vez em 1891, no qual entre outras, destacam-se os estudos evolutivos e das “raças” como uma forma de “consertar a nação”. O elevado número de artigos que trataram da “antropologia criminalista” para combater o crime aliava-se ao exame da “raça” e do Código Penal. Ciência e Direito estavam em consonância e legitimavam sua importância dentro do contexto social do país. A *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife*, nos mostra esta junção entre Direito e Ciência como disciplina em suas páginas,

É necessária uma nova legislação em especial o Direito Penal. Toda legislação criminal deve ter um cunho nacional e se deve conformar ao caráter próprio do estado do povo ao qual é destinada. Mas toda legislação deve ter bases científicas e a ciência é quem determina e fixa essas bases.⁴

A revista acadêmica contribui na compreensão da importância que as recepções de “raça” e ciência tiveram também no Brasil com uma autonomia e legitimadas a “curarem” os “problemas nacionais”. Em seus estudos, Schwarcz examinou cerca de 294 artigos publicados na revista entre 1891 e 1930 e pôde constatar que 51 representavam estudos sobre o Direito Criminal⁵. Durante muito tempo o país foi pensado por seus intelectuais sob a lente do “viés racial” como possibilidade de explicar o povo brasileiro. Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos nos explicam que na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a “raça” era um ponto crucial na questão jurídica e antropológica em que as leis refletiam na necessidade de adaptar o

chamado “evolucionismo humano” com o rigor da especificidade de cada “raça”.⁶

A medicina também parecia desfrutar de legitimidade semelhante à do direito na sociedade no que diz respeito aos "problemas raciais" do país. As investidas em sanear o sertão nos decênios iniciais do século XX são um exemplo da tentativa de revitalizar o homem "esquecido" pelos governos e que estaria atrelado a todo tipo de moléstia física e moral.⁷ Nesse sentido, o corpo humano mostrava-se como possibilidade de estudo e de referências para entender este “povo brasileiro”. Para isto, não foram poucos os projetos sanitários, as pesquisas científicas sobre soros, vacinas e bactérias, pois, o progresso estaria aliado ao conhecimento médico. Desse modo, a “raça” estava inserida no jogo de pesquisa científica e receberia um tratamento importante para se compreender o país.

Portanto, se no direito o povo brasileiro poderia ser observado sob um aspecto “racial” da degeneração mental e criminal, na medicina a “raça” poderia influenciar a saúde mental e “curar” o Brasil das mazelas que alguns intelectuais creditavam ao “caos racial” que existia. Para André Mota, a medicina e o sanitarismo poderiam “cuidar e higienizar o povo”, tirando-o das mazelas sociais e transformando-o em um povo saudável e viril e, assim, por meio da saúde poderiam sair de sua “degeneração moral”⁸. O discurso de Rui Barbosa (1917) no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em homenagem a Oswaldo Cruz exemplifica o cunho racial envolvido no cerne da preocupação do sanitarismo no Brasil:

É um mal, de que só a raça negra logra imunidade, raro desmentida apenas no curso das mais violentas epidemias, e em cujo obituário, nos centros onde avultava a imigração europeia, a contribuição das colônias estrangeiras subia 92 por cento sobre o total de mortos. Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca.⁹

Este discurso ajuda-nos a investigar como a atmosfera das explicações raciais balizadas na cientificidade nutria políticos e intelectuais da época. A imigração, por exemplo, tornou-se um dos alvos de combate, pois havia a necessidade do seu controle e escolha de quais imigrantes seriam "desejáveis" (brancos) ou "indesejáveis" (negros e amarelos). Desse modo, notamos como o discurso de Darcy Ribeiro inseriu-se no jogo argumentativo entre as teorias raciais - entre elas, a eugenia ⁻¹⁰ e o pensamento de adeptos da revitalização do "povo brasileiro" seja ele urbano ou rural pautados em um problema de raça e hereditariedade como justificativa para atingirem o "progresso".

Pelo menos desde os anos de 1870 até o final da Segunda Guerra Mundial, ou seja, pouco mais de 70 anos, muitas dessas teorias serviram como argumentos na intelectualidade para tentar identificar quem seríamos nós, "povo brasileiro" e para onde deveríamos rumar, uma vez que objetivo era estar entre as grandes nações imperialistas. Darcy Ribeiro intensificará as críticas a essa visão biológico-racial em contraponto às questões envolvendo a formação da sociedade segundo

suas relações raciais de dominância. Seu esforço partirá para uma construção de uma interpretação do Brasil onde os aspectos socioeconômicos seriam uma das peças do quebra-cabeça para entender as diferenças sociais.

Darcy Ribeiro: um crítico das teorias raciais.

O pensamento científico voltado à “raça”, elaborado por médicos, intelectuais, juristas - muitos deles vinculados a instituições acadêmicas - que dispuseram a entender o país como um grande “laboratório racial”, encontrou nas representações do homem como “inferior” ou “superior” a explicação que traduziria o aspecto atrasado do “progresso nacional” da civilização brasileira. Darcy Ribeiro percebeu o jogo de poder que circundava essa imagem construída:

As apresentações concernentes à “raça” impregnaram toda a população. Foram até alçadas a condição de teoria explicativa do atraso que tomava uma inferioridade histórica, embora efetiva, dos índios e negros avassalados, como prova de sua inaptidão para o progresso. Estas apreciações sobre a “raça” não só levam o branco mais humilde a sentir-se superior a qualquer preto, mulato ou mestiço, mas também a estes últimos a introjetar as concepções de superioridade racial do branco.¹¹

O argumento de Ribeiro está calcado na ânsia no “descobrimento” da composição racial do povo brasileiro que foi tomada quase como um ideal comum para a ciência da época, ou seja, falar em sanitarismo, higienização, imigração, espaço rural e urbano, o sertanejo, enfim, tudo poderia desdobrar-se na questão da “raça” como culpa para este atraso. Os fatalismos como representação de grupos

sociais estigmatizados por estereótipos físicos, muitas vezes deram a dinâmica das relações de poder dentro da sociedade e ditaram a hierarquia do explorador e do explorado. Na discussão sobre mestiçagem de Ricardo Ventura, o autor traz um excerto da obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, que remonta a uma visão de ordem identitária da mistura “racial” carregada de malefícios para o intuito nacional: “‘A mestiçagem extremada é um retrocesso’ ou ‘o mestiço [...] e, quase sempre, um desequilibrado’, ‘um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem altitude intelectual dos ancestrais superiores’”.¹²

Uma breve síntese da formação intelectual de Darcy Ribeiro permite compreender os caminhos da sua elaboração teórica. Nascido em 1922 na cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, numa família abastada de proprietários rurais, porém em trajetória social descendente, e num ambiente de fortes traços rurais tradicionais, foi na capital do Estado – Belo Horizonte – que ele iniciou os estudos pré-universitários e entrou em contato com outros jovens intelectuais e ativistas políticos estimulados pelo clima de debate ideológico da década de 1930, marcado tanto pelos embates políticos internos da era Vargas, quanto pela escalada nacionalista e bélica internacional que desencadearia a Segunda Guerra Mundial. Frustrados os desejos iniciais de seguir carreira médica depois de três anos de curso, Ribeiro rumou em 1940 para o Rio de Janeiro, onde se ligou a uma célula comunista e leu as primeiras obras de autores marxistas. Mas, além de Marx e Engels, percorreu uma ampla bibliografia que incluía não só obras de literatura nacional e estrangeira (Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano

Ramos, Thomas Mann, Faulkner, Romain Rolland), como também clássicos da filosofia e da história natural, como Heckell, Spencer e Schopenhauer.¹³

Do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro transferiu-se para São Paulo, onde realizaria seus estudos superiores de antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política, criada depois de 1932, assim como a Universidade de São Paulo, “para dar luzes aos paulistas sobre sua derrota e sobre seu futuro. A Escola, criada por empresários liderados por Roberto Simonsen, foi entregue a professores norte-americanos, principalmente Donald Pierson, que davam o tom da casa. Mas procurava atrair a cooperação de outros sábios que caíssem em Sampa”.¹⁴ Embora vivesse dividido entre “o estudante atento e o ativista tarefeiro”, estabeleceu relações com um rol de acadêmicos, estudantes, escritores e outros intelectuais que muito marcariam sua formação. Além dos professores Mário Wagner Vieira da Cunha, Donald Pierson, Herbert Baldus e Émille Willens, e de colegas de estudo como Oracy Nogueira, Florestan Fernandes e outros estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, então sob os cuidados dos jovens intelectuais da Missão Francesa (Lévi-Strauss, Roger Bastide, entre outros), Ribeiro teve contatos com a fina flor da elite cultural paulista, tendo se aproximado de figuras como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Mário de Andrade. Foi também nessa época que ele conheceu a jovem comunista Berta Gleiser, que seria sua companheira sentimental e intelectual por toda a vida, tendo atuado juntos em trabalhos de campo nas aldeias indígenas e na elaboração de livros e artigos. Berta Ribeiro

faria também uma carreira brilhante, sendo autora de obras fundamentais de etnologia indígena.

Uma vez graduado em 1946, Darcy foi recomendado por Baldus para o cargo de etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios, o primeiro dessa natureza criado junto ao órgão. Nessa nova empreitada, foi recebido e orientado por Cândido Rondon, já então conhecido pelo sucesso de suas expedições aos sertões desde o início do século e pela defesa da população indígena conforme os seus rígidos preceitos positivistas.¹⁵

Darcy Ribeiro realizou atividades de etnólogo durante cerca de dez anos, tendo convivido com diversos grupos indígenas, “mais diferentes que semelhantes uns dos outros”, principalmente por seus “graus de integração à sociedade nacional”. Dedicou-se especialmente ao estudo dos grupos Kadiwéu, Kaiowá, Terena, Ofaié e Urubu-Kaapor, transcrevendo seus mitos, costumes e arte.

Tais atividades deram-se num período em que as frentes de colonização dos sertões se expandiam rapidamente em decorrência da *Marcha para o Oeste*, política de colonização e integração nacional colocada em prática durante a era Vargas e que difundia o mito da democracia racial brasileira envolvendo relações harmoniosas entre brancos, índios, negros e mulatos.¹⁶ Darcy Ribeiro criticou de maneira contundente as ilusões da integração pacífica do índio à sociedade nacional. Segundo ele,

Não havia nenhuma democracia racial nas respectivas áreas. Os negros e mulatos eram e são objeto de dominação, discriminação e vítimas de preconceitos cruéis. Nesse quadro, coube a mim o estudo da assimilação dos índios na sociedade

brasileira, que, pelo simples convívio, se transformariam em brasileiros autênticos, esquecendo suas origens. Também aqui o resultado foi decepcionante. Em todos os casos que pude observar, nenhum grupo indígena se converteu numa vila brasileira. É certo que, como os historiadores indicam, diversos locais de antiga ocupação indígena deram lugar a comunidades neo-brasileiras. Não houve porém nenhuma assimilação que transformasse índios em brasileiros. Os índios foram simplesmente exterminados através de várias formas de coação biótica, ecológica, econômica e cultural. Seu antigo habitat foi ocupado por outra gente, com a qual eles nunca se identificaram e que cresceu com base em outras formas de adaptação ecológica, tornando-se rapidamente independente de qualquer contribuição da comunidade indígena.¹⁷

É com base nas observações da diversidade cultural dos grupos indígenas e em sua relação com as frentes pioneiras que o antropólogo elaborou o conceito de *transfiguração étnica*, isto é, “a compreensão de que as culturas são imperativamente transformadas no confronto de umas com as outras. Especificamente, no caso dos povos indígenas com a civilização. Mas suas identificações étnicas originais persistem, resistindo a toda sorte de violência”.¹⁸

Nota-se, portanto, que Darcy Ribeiro não só se distanciou da intelectualidade identificada com os paradigmas raciais, como foi capaz de criar uma interpretação original da formação e da dinâmica da sociedade brasileira com base nos estudos da população indígena. Como o próprio autor afirmou em sua autobiografia:

Nunca fui um exemplificador servil, com material local, de teses de mestre algum. Assinalo isso porque constitui justamente o oposto da postura corrente. A maioria dos nossos pesquisadores assume uma

atitude seguidista que faz de suas pesquisas meras operações de comprovação das teses em moda na antropologia metropolitana, só visando redigir seu discurso doutoral, sem nenhum compromisso etnográfico nem indigenista. O resultado é a reiteração do já sabido e o desperdício de preciosas oportunidades de ampliar o conhecimento da etnografia brasileira, enquanto isso é praticável, e de exercer o ofício de antropólogo com fidelidade aos povos que estuda.¹⁹

Ribeiro entraria na década de 1950 contribuindo para as discussões que se fundavam no pensamento social brasileiro em que, "Àquela altura, o Brasil estava dividido não apenas economicamente entre os muitos desprovidos e os poucos privilegiados, mas demograficamente entre os habitantes dos espaços urbanos e os que lutavam pela permanência ou pela saída no e do mundo rural".²⁰ Estas eram algumas das preocupações que pairavam nas discussões sociológicas do tempo de Ribeiro e que fazia-o olhar para o passado na busca de identificar os caminhos que levaram o país a sua construção social presente e as diferenças forjadas no jogo étnico que criaram diferentes hierarquias entre a população multicultural.

A posição de parte da intelectualidade identificada com o "pessimismo racial" facilitou a aceitação de teorias de "raças degeneradas" ou da aplicação de ferramentas que possibilitassem consertar a nação por meios de doutrinas como o branqueamento ou a eugenia. Justamente pelo debate em curso sobre o aspecto racial, elas tiveram fácil assimilação no Brasil. Nesse sentido, essas teorias eram fruto da ciência de uma época, que possuía seu rigor de compreensão própria dentro dos estabelecimentos científicos do seu período. Era

reconhecida e aceita como produto da ciência por uma parcela dos seus pares. Por isso, concordamos com Nancy Stepan e Schwarcz quando as autoras sublinham que a visão científica dessas teorias representava um reflexo da própria produção científica da época.²¹

Darcy Ribeiro, ao perceber que as fronteiras entre o discurso científico e o político se dissolveram, concebe o jogo social em que essas teorias fizeram-se como justificativa científica para a manutenção de regras segregacionistas dentro do país. A imagem que essas ciências possuíam como detentoras da “salvação nacional” trazia a falsa neutralidade de suas posições perante os agentes sociais que as consumiam e as empregavam politicamente. Era uma arma poderosa para justificar a opressão. Assim, a legitimidade dos aparatos da medicina e direito que se posicionavam em relação a estes paradigmas raciais da ciência formaram um sustentáculo para a validação das diferenças na sociedade.

A aceitação de importar ideias européias, por exemplo, que Darcy Ribeiro muitas vezes considera “para-científica”²² para entender o cenário nacional, também colabora para a má interpretação do estado de colonização e espoliação interna. Para o autor, atribuir exponencialmente a condição racial aos aspectos do “atraso” brasileiro no início do século XX compreendeu uma forma de não perceber o estado de exploração que o país sofria. Segundo ele, os que aderiam às teorias raciais como única explicação para os infortúnios do país, “não viam, por exemplo, o papel da espoliação colonialista e da exploração patronal na perpetuação da miséria e da ignorância popular”²³. Ribeiro se coloca na linha dos intelectuais pós Segunda Guerra Mundial que percebem nessas teorias

sua rejeição como explicação social nos estabelecimentos científicos e sua utilização como justificativa para a espoliação.

Dito isto, *O processo civilizatório* elucida alguns pontos cruciais da argumentação de Darcy Ribeiro com relação à análise estrutural e econômica da exploração dos países por colonização. Ele argumenta como a Revolução Industrial e as novas práticas de exploração imperialista entrelaçam e moldam a sociedade que participa dos pólos desse “jogo de forças” e reflete na condução da vivência social dos habitantes da nação. Este esforço de Ribeiro representa justamente a forma de olhar o Brasil fora do campo das teorias raciais no momento em que fazia sua interpretação do Brasil. Vejamos:

A condição de subdesenvolvimento não representa, por isso, simplesmente, o atraso diante do progresso ou um modelo arcaico de sociedade em face de um modelo progressista. Representa, isto sim, uma seqüela necessária das próprias forças renovadoras da Revolução Industrial que geram, simultaneamente, dois produtos: os núcleos industriais como economias de alto padrão tecnológico e a periferia neocolonial de nações estruturadas menos par atender às suas próprias necessidades do que para prover aqueles núcleos de bens e serviços em condições subalternas. Suas populações são degradadas pela deculturação ou pela deterioração de sua economia tradicional, perdendo os níveis de desenvolvimento tecnológico que haviam alcançado para transformarem principalmente em força de trabalho utilizada nas formas mais primitivas, como combustível humano do processo produtivo.²⁴

O que o autor nos oferece é uma alternativa com base na exploração “neocolonial” para contextualizar a diferenciação classista

dentro do organismo nacional e sua estruturação econômica. Notoriamente, uma fuga de suposições teóricas “raciais” que se prontificavam a relacionar as diferenças do “progresso” interno às matrizes “raciais”. Isto é, Darcy Ribeiro procura fugir da visão de “raça” como sinônimo de “degeneração do homem” e tenta explicar como aspectos envolvendo economia, colonização e desigualdade social contribuíram para que o Brasil se mantivesse aquém das expectativas da visão de “progresso” por alguns intelectuais do início do século XX.

Adelia Miglievich Ribeiro, em seu artigo *Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica* mostra-nos que “Darcy, informado pela contundência do debate nacional-popular sobre a identidade cultural e influenciado pelas ideias anticolonialistas em movimento nos anos 1950, não se descolou da problemática nacional”²⁵. Ou seja, pela observação dos movimentos anticolonialistas Darcy Ribeiro procurou fortalecer as críticas da organização desigual entre a sociedade. Assim, ele não utiliza em sua análise a “raça” como elemento de segregação, ao contrário, ela se torna um elemento de compreensão do cenário nacional. Esta foi uma das características marcantes nas obras de Ribeiro que, por ser autor em uma “periferia” como o Brasil, procurou reescrever as diferentes interações socioculturais e histórico-estruturais nacionais. Em suma, como apontou Adelia Miglievich ao estudar o nosso autor, “Certamente, para Darcy, nada há de natural na conformação de um povo e também nada há de estático. Falamos de processo, da história como processo”.²⁶ Esta “história como processo” sublinha a própria teoria de Darcy Ribeiro ao investigar os passos da formação étnico-racial aliada a espoliação econômica brasileira.

Vale anotar que parte da geração de Darcy Ribeiro procurou dialogar com grupos que criticavam a manutenção das “teorias raciais” por conta dos traumas com relação às diferenças raciais resultantes da Segunda Guerra Mundial.²⁷ Como exemplo, podemos observar a elaboração de obras financiadas pela UNESCO, como a de Juan Comas, Claude Lévi-Strauss, ou mesmo Florestan Fernandes e Roger Bastide no Brasil. Há uma tentativa nesse cenário em desvincular a hereditariedade dos aspectos socioeconômicos de desenvolvimento das nações.

O pesquisador Juan Comas foi um dos que contribuíram com pesquisas para redefinir o sentido de “raça”. Ele escreveu um capítulo sobre esta questão no volume *Raça e Ciência I*, no qual um dos seus objetivos era repensar o termo “raça” no paradigma após a Segunda Guerra Mundial. O trauma de uma ciência voltada a pensar o homem com diferenças hereditárias atreladas às raças gerou um esforço de parte dessa geração em excluir o que consideravam como mitos que levassem à suposição da degeneração humana por este conceito de raça. Consequentemente, pretendiam assinalar os estudos do homem voltados mais ao foco de uma antropologia cultural boasiana, principalmente ao focarem as relações sociais, políticas e econômicas que envolviam os seres humanos no local em que interagiam. Assim, esses estudos são amostras de uma tentativa de sobrepor conceitos anteriores que possuíam uma sobrecarga de segregação. A temática atinge uma nova fase de pensar o homem tendo como suporte outros elementos derivados da evolução dos estudos antropológicos culturais, assim contribuindo inclusive para as análises historiográficas.

Comas, assim como Darcy Ribeiro, ressaltou a pertinência na interpretação socioeconômica em contraponto ao enfoque apenas direcionado ao biológico-científico. Ambos perceberam que as crenças voltadas apenas ao caráter científico-racial serviam de alimento para as políticas imperialistas nacionais, motivo que traria um "respaldo científico" para subjugar outros povos segundo critérios de dominação²⁸. Para Comas, “a noção de que os mais fortes estão biológica e cientificamente justificados para destruírem os mais fracos foi aplicada tanto em conflitos internos como entre nações”²⁹.

Ao participar dessa nova forma de pensar as questões raciais na segunda metade do século XX, Darcy Ribeiro tornou-se uma das vozes que ecoavam rumo às visões da quebra do paradigma da “inferioridade racial” como argumento para o atraso social e econômico nacional. Por estes novos enfoques sobre a condição “racial” e sua inter-relação nas sociedades, a crítica recaiu sobre autores como Oliveira Vianna, Paulo Prado, José de Alencar e, inclusive, Gilberto Freyre que para Ribeiro, atendiam aos interesses da própria elite da qual faziam parte³⁰. Ao analisarmos a visão de Paulo Prado, por exemplo, não resta dúvida dos pontos antagônicos – e temporais - que separam o olhar racial deste autor em relação a Ribeiro na interpretação do Brasil.

Observa-se que Prado foi alvo das críticas de Darcy Ribeiro sob a forma como analisava a “raça”. Devemos salientar que na obra de Prado, *Retrato do Brasil*, o pessimismo acerca do mestiço traz como argumento a questão racial biológica para justificar as condições de “degeneração da raça” no Brasil:

Há, porém, o problema da biologia, o da etnologia e mesmo o da eugenia. A questão da desigualdade das raças, que foi o cavalo de batalha de Gobineau e ainda é hoje a tese favorita de Madson Grant proclamando a superioridade nórdica, é questão que a ciência vai resolvendo no sentido negativo.³¹

Em seguida, Paulo Prado sacramenta que “Os americanos costumam dizer que Deus fez o branco, que Deus fez o negro, mas que o diabo fez o mulato”.³² A expressão do mestiço como elemento de “inferioridade” transparece no curso da argumentação racial de Prado ao chamar à baila teóricos do racismo científico como Gobineau, Grant e ao citar um país marcado pela segregação entre negros e brancos como os Estados Unidos. A posição de Darcy Ribeiro fica mais clara em aversão a Prado quando visitamos suas obras e notamos o mestiço incluso no debate e não à margem como um híbrido de uma prole que deveria ser ceifada. O mestiço de Darcy não é problema, é na verdade expressão de identidade nacional, e sobre isso afirma o que somos:

Nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedidos de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na *ninguendade*. Assim foi até ser definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de ser brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, na dura busca de seu destino. Olhando-os, ouvindo-os, é fácil perceber que são, de fato, uma nova romanidade, uma romanidade tardia, mas melhor, porque lavada em sangue índio e sangue negro.³³

Ao escrever o prólogo de *O Processo Civilizatório* para a edição norte-americana, Betty Jane Meggers, sintetizará aquilo que Darcy Ribeiro tinha como importância para os pesquisadores da sua contemporaneidade no sentido de compreender a sua nacionalidade. Quando traz a discussão para os Estados Unidos, Meggers faz um convite aos estudiosos do seu país para observarem as interpretações do autor brasileiro, que, para ela, se tornaram elucidativas à medida que, “Ribeiro, entretanto, não é um produto da nossa tradição política ou acadêmica. É um cidadão do chamado ‘Terceiro Mundo’. Como tal, encara o desenvolvimento cultural sob um prisma distinto e percebe nuances que para nós permanecem encobertas”.³⁴

O reconhecimento das novas perspectivas foi notada pelo próprio Ribeiro ao atribuir nomes que, mais tarde começaram a prestar contribuições para o que ele chama de “desalienação cultural”, e que passaram a enxergar a “questão da raça” e da segregação como uma ferramenta de poder construído para a dominação social. A esse respeito, Ribeiro cita estudiosos como Florestan Fernandes, L. A. Costa Pinto e Oracy Nogueira como exemplos de intelectuais que perceberam a relação de dominação científico-racial a serviço da elite para justificar a verticalização da ascensão social desta em relação aos vitimados.³⁵

Ao olharmos a obra de Florestan Fernandes, como foi lembrada por Darcy Ribeiro, apreendemos como os discursos se assemelham na tentativa de delimitar as formulações do pensamento racial no Brasil. Fernandes trabalhou com as perspectivas de que as relações sociais entre quem detinha o poder e quem era subalterno a ele – muitas vezes com relação a negros e brancos – foi um diferencial para o entendimento da

verticalização econômica de uma classe ou raça em relação à horizontalização da outra. Em *O Negro no Mundo dos Brancos*, por exemplo, Florestan energeticamente critica a disseminação do mito da “democracia racial” e completa que em consequência deste, “fomenta outros mitos paralelos, que concorrem para esconder ou ‘para enfeitar a realidade’, e que estes mitos são perfilhados sem base objetiva, mesmo pelos ‘negros’ e pelos ‘mulatos’”³⁶. Estes “mitos paralelos” podem ser enquadrados nas teorias científicas que, travestidas por uma sociedade de “democracia racial”, ecoariam como uma voz da ciência para enfatizar que o problema brasileiro não seria a desigualdade classista ou elitista, mas a hereditariedade da cor, que variava dependendo da “raça” para o progresso ou degeneração.

Revisando as produções “pró-raciais”, Ribeiro salienta a importância das interpretações de Artur Ramos – que curiosamente era um discípulo de Raimundo Nina Rodrigues – para edificar a posição do negro dentro da sociedade, além de Curt Nimuendaju sobre a esfera indígena. Somam-se a esses nomes como Thales de Azevedo, que “passa-se a apreciar a metamorfose que o catolicismo sofreu no Brasil, cristalizando-se como uma religiosidade ortodoxa”³⁷ e Rui Facó, serve de complemento a Azevedo quando a respeito do catolicismo ele “se destaca sua intolerância menor em relação às seitas protestantes enfatizando-se o caráter de protesto social do bandoleirismo sertanejo”³⁸.

Chamar esses autores para o debate em sua obra é transpor o pensamento de divergência da apropriação da “diferença racial” que outrora era bem vinda ao pensamento intelectual. Ribeiro era um crítico contundente das apreciações de “teorias raciais” importadas para explicar

a origem e as relações do povo brasileiro, sobretudo se elas fossem usadas como muletas para explicar um suposto “atraso do progresso brasileiro” ou “inferioridade” de mestiços, indígenas ou negros. Por esta perspectiva que ele se coloca na linha dos que rompem com as antigas tradições da interpretação do progresso pela via racial dos "degenerados" ou dos "bem dotados".

Apreender o contexto racial brasileiro da virada de século XIX para o XX faz parte do debate do autor para delimitar o quão uma elite intelectual ou econômica foi responsável por enxergar a “cultura” sob um prisma definido de “superioridade” ou “inferioridade” racial, ou mesmo que a expressão do “mestiço” como fonte de identidade brasileira poderia ser repudiada por não se enquadrar no que algumas teorias importadas pensavam como “nação ideal”.

O prognóstico de Ribeiro para o Brasil parece claro: somente a partir da mobilização e da consciência dos interesses da nação é que ela estará em “condições de estruturar uma ordem social desde as suas bases, e, ao mesmo passo, refazer a própria cultura nacional como uma criação autêntica, voltada para o futuro e capacitada para integrar o Brasil na nova civilização emergente”.³⁹ Problemas que ainda hoje parecem estar no epicentro dos interesses nacionais diante das possibilidades de “emergência” do Brasil como nação. Por isso, Darcy Ribeiro torna-se tão presente na historiografia de hoje nas análises da estrutura nacional – inclusive raciais –, justamente pela possibilidade de revisitarmos a permanências do “discurso racial” que permanecem com pauta de estudos deste novo século.

Considerações finais

Ao investigarmos o olhar de Darcy Ribeiro enquanto um intelectual que procurou refletir a dinâmica das estruturas econômicas e raciais, nota-se que sua produção está intimamente ligada à sua trajetória e à esfera do pensamento histórico-sociológico do qual era um pensador ativo. Concordamos com Bomeny quando a autora o define como "(...) um intelectual público; também esta qualificação é tributária de uma geração e um contexto"⁴⁰. Ou seja, Ribeiro é peça de um quebra-cabeça desses ensaios sociológicos dos quais Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Alberto Guerreiro Ramos, Luiz de Aguiar Costa Pinto, entre outros, seguiam na tentativa de traduzirmos "quem éramos" e "o que queríamos" enquanto "povo"⁴¹. Entendemos que essencialmente para Ribeiro havia muito mais que pesquisa, mas um compromisso reflexivo com a transformação do pensamento.

Quando se trata das teorias raciais, o pensamento de Ribeiro esbarra na sua própria vivência enquanto agente do período e um intelectual que estava no epicentro do furacão das consequências desse pensar racial. Constituindo sua formação ainda na década de 1930, foi testemunha das transformações do pensamento biológico racial e dos seus desdobramentos antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Portanto, suas reflexões a partir da década de 1940 e 1950 estariam em um contexto em que seria um ator privilegiado dos eventos e debates que sucederam as novas reflexões sobre o papel de raça e povo na formação socioeconômica nacional.

Entrelaçado com as discussões do seu tempo, Ribeiro enquadra-se na perspectiva dos críticos aos determinismos biológico-raciais, fundamentalmente como explicação para as questões nacionais que deságuam nas relações estruturais da sociedade como um todo. Os "processos" histórico-estruturais balizariam os diagnósticos de uma sociedade que procurava se definir enquanto nação.

Notas

* Professor Titular - Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. E-mail: acelsof@terra.com.br

** Doutorando em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – RJ. E-mail: leo_gerrard@hotmail.com

¹ RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

² Em suma, Darcy Ribeiro traduz que a Alienação cultural “consiste, em essência, na introjeção espontânea ou induzida em um povo da consciência e da ideologia de outrem correspondente a uma realidade que lhe é estranha e a interesses opostos aos seus. Vale dizer, a introjeção induzida de ideias e valores que escamoteiam a percepção da realidade social em benefício dos que dela se favorecem”. RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972. p. 117.

³ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 196.

⁴ RAFDR, 1891 apud SCHWARCZ, op. cit., p. 205.

⁵ SCHWARCZ, op. cit., p. 207.

⁶ MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. Apresentação. In _____ (Orgs.). **Raça como questão: História, ciência e Identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 20.

⁷ Com relação aos intelectuais desse momento, vale destacar a observação de Vanderlei Sebastião de Souza, “De maneira geral, a intelectualidade brasileira desse período dividia-se entre aqueles que voltavam seus olhos para o continente europeu – com vistas a modernizar, civilizar e integrar a sociedade de acordo com o ideário propagado pelas tradições européias – e outros que procuravam compreender o país em seus próprios termos, investindo contra o modismo e a imitação das ideias (OLIVEIRA, 1990; HERSCHMANN, PEREIRA, 1994; SEVCENKO, 1999)”. SOUZA, V. S. de. Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, vol. 16, suppl. 1, 2009, p. 250.

⁸ MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 26.

⁹ BODSTEIN, 1984 apud MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. op. cit., p. 54.

¹⁰ Na voz de Renato Kehl, ela encontraria espaços no Brasil no por volta de 1917.

¹¹ RIBEIRO, op. cit., p. 119.

¹² CUNHA, 1995 apud SANTOS, R. V. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a Medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. de (orgs.). **Antropologia brasileira**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 128.

¹³ Ver RIBEIRO, D. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, capítulos 1 e 2.

¹⁴ *ibid*, p. 113.

¹⁵ Darcy Ribeiro sempre demonstrou enorme simpatia por Rondon, de quem se tornou discípulo e amigo. Em várias oportunidades, defendeu seu legado, como neste excerto de suas confissões: “Só percebi anos depois a enorme importância da ideologia de Rondon, inspirada no positivismo, na defesa de uma política indigenista leiga. Isso se deu em Genebra, na Organização Internacional do Trabalho, onde passei dois meses discutindo com os sábios que insistiam na tolice liberal de que não se podia negar aos índios nenhuma liberdade, nem a de vender suas terras, nem a de se escravizarem a si mesmos. Demonstrei que essa é uma atitude objetivamente espoliativa, porque havia permitido tomar de inúmeros povos índios as poucas propriedades territoriais que uma vez lhe haviam sido reconhecidas. Importava em abandoná-los à própria sorte sem ver a avalanche civilizatória que avança sobre eles, com terrível furor genocida e etnocida”. *ibid*, pp. 136-137.)

¹⁶ Para um balanço das políticas públicas da época, consultar: GOMES, Â. de C. População e Sociedade. In: GOMES, A. C. (Coord.). **Olhando para dentro (1930-1964)**. História do Brasil Nação: 1808-2010 (Direção de Lilia Moritz Schwarcz). Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. Vol. 4. pp. 41-89.

¹⁷ RIBEIRO, op. cit., 2012, p. 172.

¹⁸ *ibid*, p. 174.

¹⁹ *ibid*, p. 131.

²⁰ BOMENY, H. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. **Em Aberto**, Brasília, vol. 22, nº 80, 2009, p. 111.

²¹ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça gênero e nação na América Latina. Trad. Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 33; SCHWARCZ, op. cit., 1993, p. 23.

²² RIBEIRO, op. cit., 1972, p. 122.

²³ *ibid*, p. 123.

²⁴ RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 139.

²⁵ RIBEIRO, A. M. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. **Soc. estado**. [online]. vol. 26, n. 2, 2011, p. 41.

²⁶ RIBEIRO, A. M. A antropologia dialética de Darcy Ribeiro em “O povo brasileiro”. In: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, Dezembro. 2009, p. 60.

²⁷ Os traumas das experiências da Alemanha Nazista e da propaganda eugênica de Hitler contribuíram para o aumento dos estudos que separavam a “raça” com termos que sugerissem “superioridade” ou “inferioridade” humana.

²⁸ Quanto à visão científica como instrumento de manipulação política, Hobsbawm aponta que “(...) a política, a ideologia e a ciência são aspectos inseparáveis em áreas como a biologia, pois suas vinculações são de demais óbvias” HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p.335. Parece para nós, indissociável que este respaldo científico atraia aos interesses daqueles que poderiam usá-los como forma de dominância, pois atendiam as suas vontades imperialistas principalmente no aspecto “racial”.

²⁹ COMAS, J. Os mitos raciais. In: **UNESCO**. Raça e ciência I. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 16. v.1.

³⁰ RIBEIRO, op. cit., 1972, p. 124.

³¹ PRADO, P. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: IBRASA; [Brasília]: INL, 1981. p. 136.

³² Ibid., p. 137.

³³ RIBEIRO, op. cit., 1995, p. 453. [Grifos do autor].

³⁴ RIBEIRO, op. cit., 2000, pp. XV. Interessante notar o contraponto da autora com as análises dos Estados Unidos sob a crítica de serem herdeiros da “tradição da civilização ocidental européia, por nós considerada como a corrente principal ou central da evolução humana”. Idem.

³⁵ Cf. RIBEIRO, op. cit., 1972, p. 125.

³⁶ FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 10.

³⁷ No livro, *Cultura e situação racial no Brasil*, Thales de Azevedo trás parte deste argumento na justificação da necessidade de se estudar mais adentro o catolicismo no Brasil. Segundo o autor “Dispensa justificação a necessidade de uma sociologia do catolicismo em sociedade que se proclama, por diferentes vozes, ‘a maior nação católica de nossos tempos’, em que o sentimento e as crenças populares têm raízes e substância católica, em que tantas instituições e costumes enraíza na religião, em que se desenvolveram relações tão peculiares entre o Estado e a Igreja e em que, ademais, a religião da maioria, por seu lado, não pode deixar de participar a formação das mentalidades e das personalidades, na estrutura das relações sociais, na elaboração de valores e dos costumes, na gama complexa dos processos sociais e culturais”. AZEVEDO, T. de. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966. p. 174.

³⁸ RIBEIRO, op. cit., 1972, pp. 125-126.

³⁹ idem, p. 135.

⁴⁰ BOMENY, op. cit., p. 114.

⁴¹ Apesar das distintas percepções sobre o que representaria a sociologia em suas obras ou como entendiam a disciplina, de fato, a década de 1950 propôs como aponta Gláucia Villas Bôas a consolidação desta enquanto campo. Para uma análise mais criteriosa recomendamos a leitura: VILLAS BOAS, G. **Mudança provocada**: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.